

RELATÓRIO

Brasil atinge meta de redução de emissões de carbono na área florestal

O resultado é devido a redução do desmatamento na Amazônia

DÉBORA BRITO / Agência Brasil

O Brasil atingiu este ano a meta de redução em até 38% das emissões de carbono na área florestal. O país reduziu 1,28 bilhão de toneladas de dióxido de carbono entre agosto de 2017 e julho de 2018, o que representa uma redução de 60% no volume emitido por atividades florestais.

O dado, baseado em cálculos de absorção de carbono pelas florestas brasileiras, foi divulgado nesta terça-feira, 11, pela delegação brasileira durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

(COP 24), que está sendo realizada em Katowice, Polônia.

De acordo com o relatório, o setor florestal deixou de ser a maior fonte de emissão de carbono no país (já foi responsável por cerca de 75% do total de emissões anuais) e em 2018 absorveu 538 milhões de toneladas de

“

Este é o menor nível de área desmatada desde o início de 1999

CO2 da atmosfera.

A redução das emissões florestais permitiu que o país alcançasse a meta estabelecida em

2009, durante a Cúpula do Clima de Copenhague. Na ocasião, o país se comprometeu a reduzir as emissões em torno de 36 a 38% até 2020.

Segundo o governo brasileiro, o resultado foi alcançado devido a redução do desmatamento na Amazônia, no Cerrado e à absorção de carbono por terras indígenas e áreas verdes preservadas em reservas legais ou propriedades privadas. O registro de mais de 5,4 propriedades rurais com áreas de conservação ambiental pelo Cadastro Rural também permitiu a identificação de áreas com capacidade de absorção de carbono.

Desmatamento Cerrado - O levantamento divulgado também mostra que o desmatamento do Cerrado diminuiu 11% em 2018. Segundo o go-



Desmatamento do Cerrado diminuiu 11%

verno, este é o menor nível de área desmatada desde o início da série, em 1999. O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul e se es-

tende por mais de dois milhões de Km 2. Mais da metade de sua área já foi degradada, principalmente com o avanço da fronteira agrícola.



Secretário de Fazenda, Rogério Gallo

GOVERNO MT

Programa de Demissão Voluntária já recebe adesões

MTI é a primeira a aderir. PDV vai ser estendido a Empaer e Metamat

ADEMAR ANDREOLA / Sefaz-MT

O Plano de Demissão Voluntária (PDV), instituído pelo governo do Estado, já começou a receber adesões na Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação (MTI), antigo Cepromat. O PDV decorre da emenda constitucional n. 81, de 2017, a PEC dos gastos, como medida para o ajuste fiscal do Estado.

A expectativa é que 80 servidores participem do programa que vai ser estendido a outras empresas da administração indireta, como Empaer e Metamat. Numa fase posterior, o PDV poderá ser proposto

também para a administração direta.

O secretário de Fazenda, Rogério Gallo, afirma que “essa ação faz parte de outras medidas de ajuste fiscal e é importante porque diminui as despesas com pessoal, recolocando o Estado na trajetória de sustentabilidade fiscal.”

Segundo Basílio Bezerra, secretário adjunto Executivo da Secretaria de Fazenda, que está coordenando trabalhos do PDV, só com essa adesão

“

Essa ação faz parte de outras medidas de ajuste fiscal

na MTI, o Estado terá uma economia de aproximadamente R\$ 6 milhões, já em 2019. A razão para isso é que não existirá acréscimo na folha de pagamentos, visto que o PDV é parcelado no valor máximo do salário do servidor, sem descontos para a Previdência. O empregado que adere ao PDV recebe também uma indenização de 1,5 salário por ano.

A vantagem para o Estado é que sobre esse valor deixa de incluir os encargos trabalhistas como INSS, FGTS, férias, 13º salário, licenças prêmio, progressões de carreira, bem como custos administrativos de cada empregado.

O prazo de adesão ao PDV, iniciado no dia 07 deste mês, vai até 06 de maio de 2019 para servidores da MTI, Empaer e Metamat.